

TER FÉ E RESISTIR: AS AÇÕES DA PARÓQUIA SÃO SIMÃO EM UM COTIDIANO DE VIOLÊNCIA EM BELFORD ROXO

Marcelo Ribeiro Sales¹
Letícia de Luna Freire²

Resumo

O trabalho aborda as ações da Igreja Católica em um bairro do município de Belford Roxo, Baixada Fluminense, no enfrentamento da violência na região, historicamente ligada à presença de grupos de extermínio e suas práticas de terror. Através de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, o trabalho pretende analisar os movimentos que emergiram no interior da Paróquia São Simão - centrados na atuação do bispo Dom Adriano Hypólito e do padre Luigi Bruno - fomentando ações de denúncia e resistência a esse problema social, entre as décadas de 1970 e 1990. Em um contexto de aguda precarização dos serviços públicos, comum a muitas periferias urbanas latino-americanas, a Paróquia São Simão, com seu histórico na defesa dos direitos humanos, atua como uma trincheira no cotidiano do bairro, desenvolvendo um processo político-pedagógico potente junto a uma população frequentemente silenciada pelo medo.

Palavras-chave: Igreja Católica. Belford Roxo. Violência. Resistência. Cotidiano.

HAVE FAITH AND RESIST: THE ACTIONS OF SÃO SIMÃO PARISH IN A DAILY VIOLENCE IN BELFORD ROXO

Abstract

the work addresses the actions of the Catholic Church in a neighborhood in the municipality of Belford Roxo, Baixada Fluminense, tackling violence in the region, historically linked to the presence of death squads and their terror

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS/ UFRJ. Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas - FEBF/ UERJ. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (NUPEC/EDU-UERJ). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro/ SEEDUC-RJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8802-0986>.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e Educação. PPG em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Coord. do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (NUPEC/EDU-UERJ), Pesquisadora do/ LeMetro/IFCS-UFRJ e do INCT-InEAC/UFF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3762-3386>.

practices. Through bibliographic, documentary research and interviews, the work intends to analyze the movements that emerged inside São Simão Parish - focused on the performance of Bishop Dom Adriano Hipólito and Father Luigi Bruno - promoting actions of denunciation and resistance to this social problem, between the 1970s and 1990s. In a context of acute precariousness of public services, common to many Latin American urban peripheries, São Simão Parish, with its history of defending human rights, acts as a trench in the daily life of the neighborhood, developing a powerful political-pedagogical process with a population often silenced by fear.

Keywords: Catholic church. Belford Roxo. Violence. Resistance. Daily.

TENER FE Y RESISTIR: LAS ACCIONES DE LA PARROQUIA SÃO SIMÃO EN UNA VIDA DIARIA DE VIOLENCIA EN BELFORD ROXO

Resumen

El trabajo aborda las acciones de la Iglesia Católica en un barrio de la ciudad de Belford Roxo, Baixada Fluminense, en la lucha contra la violencia en la región, históricamente ligada a la presencia de grupos de exterminio y sus prácticas de terror. A través de la investigación bibliográfica y documental y de entrevistas, el trabajo tiene como objetivo analizar los movimientos que surgieron en el interior de la Parroquia São Simão - centrados en la actuación del Obispo Adriano Hipólito y el Padre Luigi Bruno - promoviendo acciones de quejas y resistencia a este problema social, entre los años 1970 y 1990. En un contexto de aguda precariedad de los servicios públicos, común a muchas periferias urbanas latinoamericanas, la Parroquia São Simão, con su historia en la defensa de los derechos humanos, actúa como una trinchera en la vida cotidiana del barrio, desarrollando un poderoso proceso político-pedagógico con una población a menudo silenciada por el miedo.

Palabras clave: Iglesia Católica. Belford Roxo. Violencia. Resistencia. Cotidiano.

APRESENTAÇÃO

A cidade de Belford Roxo está localizada na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como várias periferias urbanas do Brasil, a cidade é marcada pela presença precária do poder público na garantia de direitos básicos da população. Além disso, Belford Roxo é historicamente considerada uma cidade violenta, sobretudo ligada a ações dos grupos de extermínio – fama que foi potencializada, no final dos anos 1970, com um suposto relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que o teria reconhecido como “o local mais violento do mundo”, segundo uma revista de circulação nacional. Ainda que esse título negativo nunca tenha sido confirmado por esta ou qualquer outra organização internacional, Belford Roxo está, ainda hoje, entre as cidades mais violentas do Brasil.

Segundo o Atlas da Violência divulgado em 2018 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública com base nos dados de 2016, Belford Roxo estava entre os 2,2% dos municípios brasileiros que concentravam metade das 31 mil mortes violentas no país. Enquanto Queimados, também na Baixada Fluminense, ocupava a primeira posição, com a marca de 134,9 homicídios a cada 100 mil habitantes, Belford Roxo contabilizava uma taxa relativa de homicídios de 58,1³. Em relação aos 27 municípios com mais de 100 mil habitantes do Estado do Rio de Janeiro, o Atlas da Violência de 2019 (referente aos dados de 2017) aponta que, apesar de Belford Roxo ter população e número absoluto de homicídios muito menor (495.783 de habitantes e 233 homicídios) do que a capital fluminense (6.520.266 de habitantes e 1.845 homicídios), a cidade ocupa a 11ª posição no ranking das mais violentas do estado, ao se considerar a taxa estimada de homicídios. Dos dez municípios à frente nesse ranking, sete pertencem à

³ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/15/atlas-da-violencia-22-dos-municipios-brasileiros-concentram-metade-dos-homicidios-do-pais.htm>

Baixada Fluminense, situação que vem se mantendo, com poucas variações, há vários anos.

Como prática e representação, a violência faz parte e tem implicações no cotidiano dos seus habitantes, que vivem um processo de desamparo por parte das autoridades públicas, tendo como um dos efeitos a construção de uma “identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1981), por conta do estigma ligado ao local de moradia. Quem mora em “Bel”, expressão utilizada pelos moradores para nomear a cidade, buscando se esquivar desse estigma, acaba, porém, carregando as chagas da violência da cidade em diversas situações cotidianas, pois “morar em Belford Roxo” aparece frequentemente como um atributo negativo nas suas interações com indivíduos de fora da região.

Sem desconsiderar a urgência no enfrentamento estatal a estas questões, este artigo propõe abordar essa violência não a partir das políticas públicas, mas das margens do Estado (POOLE & DAS, 2004). Tomar a periferia como ponto de partida implica dar atenção às diversas estratégias criadas pelos atores para contornar localmente os problemas sociais que enfrentam diariamente. Isso por si só já coloca vários desafios metodológicos, pois entender o estigma que é imputado a regiões “fora” dos centros urbanos, faz subentender uma contraposição de hábitos e costumes em relação ao “centro”. Como aponta Domingues (1994), enquanto agregado social, a periferia é definida não pela intensidade ou densidade de inter-relacionamento interno ao nível local, mas sim pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais.

As periferias urbanas são lugares extremamente estigmatizados. Isso se dá pelas desigualdades de educação, renda, saúde e oportunidade, além de sua representação como um lugar de exclusão, de segregação social, anomia e de uma ausência de pertencimento de lugar (DOMINGUES, 1994). No entanto, as periferias também podem ser compreendidas como territórios de resistência (ZIBECHI, 2015), capazes de amortecer, em alguma medida, a precariedade de direitos e serviços públicos através de movimentos e instituições sociais presentes nos assentamentos populares, como as associações de moradores, as organizações não governamentais e as instituições religiosas. Ao pesquisar

Belford Roxo, que tem a violência, física e simbólica, como ingrediente do cotidiano, buscamos reforçar como a atuação da Igreja Católica, através de suas pastorais sociais e das comunidades eclesiais de base, vem contribuindo para transformar os problemas sociais que afligem as populações mais vulneráveis em problemas públicos (FREIRE, GONÇALVES, SIMÕES, 2010).

De modo mais específico, pretendemos analisar os movimentos que emergiram no interior da Paróquia São Simão, no bairro Lote XV, em Belford Roxo, fomentando ações de denúncia e resistência à violência promovida por grupos de extermínio entre as décadas de 1970 e 1990. Através de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, somadas à experiência pessoal de um dos autores como ex-morador, apresentamos inicialmente o campo sobre o qual foi desenvolvido o estudo. Em seguida, caracterizaremos a presença da Igreja Católica na Baixada Fluminense, com foco na história da Paróquia São Simão e no papel central desempenhado por duas lideranças católicas. Ao final, refletimos sobre o caráter político-pedagógico das ações dessa instituição junto à população na construção e transformação do cotidiano do bairro.

Belford Roxo, o bairro Lote XV e o estigma da violência

Como toda a Baixada Fluminense, o município de Belford Roxo, é marcado pela presença histórica de grupos de extermínio, ou seja, grupos armados, formados por policiais e ex-policiais, assim como militares que matavam por encomenda ou para “limpar a área” de ladrões ou viciados em entorpecentes (ALVES, 2003).

É comum e até muitas vezes reproduzidos em trabalhos acadêmicos que Belford Roxo é citada em um relatório da UNESCO como a cidade mundialmente mais violenta, conforme divulgado na edição nº 501, de 1978, da revista *Veja*. A matéria, assinada pelo repórter Antônio Carlos Fon, tinha como objetivo investigar as atuações de grupos de extermínio e mencionava que Belford Roxo, então distrito de Nova Iguaçu, era “o local mais violento do mundo”.

Preocupados com esse título ingrato da cidade, grupos influentes da região, como o Clube Rotary, procuraram a organização internacional, que, através do seu representante no Brasil, alegou que a entidade nunca patrocinou algum estudo do gênero. Ao ser consultada, a sede da UNESCO em Paris reafirmou não existir nenhuma pesquisa deste tipo em Belford Roxo (O GLOBO, 11/10/1980). Ao jornal O Globo, em novembro de 1979, o repórter Percival de Souza, que passou três meses trabalhando na Baixada Fluminense, mencionou, numa série de reportagens que mais tarde se transformou em livro (SOUZA, 1980): “Quando cheguei na Baixada já encontrei esta informação”, corroborando com a reportagem da revista Veja, feita um ano antes. O repórter foi à prefeitura de Nova Iguaçu, onde o então assessor Roberto Wilson informou que havia feito um trabalho para a Escola Superior de Guerra sobre os problemas da Baixada Fluminense, e que Belford Roxo, segundo a UNESCO, era o local mais violento do mundo. Como o então candidato a Presidente da República João Figueiredo esteve em Nova Iguaçu para inaugurar uma escola para crianças com necessidades especiais, construída com base em informações da UNESCO, Percival concluiu, pelas estatísticas de criminalidade na região, que a notícia nem precisava ser confirmada. Por fim, afirmou: “Se a Baixada Fluminense não é a região mais violenta do mundo, é uma das mais.” (O GLOBO, 11/10/1981).

Pouco depois, o jornal O Globo apurou que a pesquisa feita pela UNESCO não foi sobre violência, mas sobre pessoas portadoras de necessidades especiais, à época chamadas “excepcionais”. O projeto de construção do Centro Interescolar de Excepcionais Castorina Faria Lima, no bairro Monte Líbano, em Nova Iguaçu, elaborado pela Coordenação de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, informava, em 1977, que, de acordo com estimativa em 95 países, 8 % das crianças que recebem educação especial em escolas primárias são excepcionais (O GLOBO, 11/10/1981).

Mesmo posteriormente desmentida, a notícia falsa sobre o suposto relatório da UNESCO ajudou a construir o estigma da violência que a cidade carrega até hoje. Independentemente disso, porém, o número de homicídios

nas décadas de 1970, 1980 e 1990 na cidade são realmente análogos ao número de mortes em muitas guerras pelo mundo (RIBEIRO SALES, 2019). Há anos, aliás, Belford Roxo tornou-se uma referência negativa em termos de taxa de homicídios, como demonstra o subtítulo de uma reportagem do jornal O Globo no final dos anos 1990, que compara o aumento do número de assassinatos em Diadema, na grande São Paulo, com os números de Belford Roxo: “SP ULTRAPASSA RIO EM HOMICÍDIOS. Em Diadema, já se mata o dobro do que em Belford Roxo, área crítica da Baixada” (O Globo, 15/08/1999).

Ainda nas décadas de 1970 e 1980, a maioria dos assassinatos era feita por encomenda ou visando “limpar” a área de traficantes, ladrões e outros tipos indesejáveis. Essas práticas tinham apoio de parte da população e eram financiadas por comerciantes e empresários locais. Segundo relata, em entrevista, o sociólogo José Claudio de Souza Alves – que há anos dedica-se a estudar a violência na Baixada Fluminense – a partir da ditadura civil-militar, nos anos 1960, os assassinatos cometidos pelos grupos de extermínio receberam respaldo político⁴. Ainda de acordo com o autor, as vítimas eram identificadas como “bandidos”, numa construção de um “inimigo”, que geralmente era negro, pobre ou usuário de entorpecentes. Se durante a ditadura os grupos de extermínio eram compostos por agentes públicos como policiais, bombeiros e guardas municipais, já no final do regime militar, na década de 1980, começou a aparecer também a presença de civis e os agentes públicos passaram a gerenciar essa estrutura de violência, com a anuência do Estado e do comércio local. Sobre essa imbricada relação dos grupos de extermínio com o Estado e o capital, o autor descreve, na mesma entrevista:

Alguns comerciantes financiam os grupos de extermínio para limpar a área. Geralmente matam gente pequena, jovens que não representam ameaça alguma. Os comerciantes financiam para disputas internas de mercado. Casam o interesse do comerciante com o do político que eles financiam naquela área. O círculo começa a se fechar. O comerciante quer impedir que abram outros negócios por perto, aí financia a campanha de um político para este proteger aquele bairro

⁴ <https://anovademocracia.com.br/no-32/405-o-crime-organizado-pelo-estado>. Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

e não o outro, favorecendo os seus interesses – por exemplo, das empresas de ônibus daquela região. Por sua vez os grupos de extermínio atuam limpando essa área, favorecendo a atuação de alguns candidatos e recebendo proteção financeira dos empresários que montaram a estrutura de dominação e por outro lado, apoio político dos candidatos, que tem também interesse em controlar certas áreas através dos grupos de extermínio. Isso é no pequeno porte.

Esta engrenagem gerava práticas de extrema violência na região, cujo ápice eram as chacinas, chamando a atenção da imprensa e de toda a sociedade para aquela realidade.

Um dos episódios mais dramáticos ocorreu no dia 31 de março de 2005, quando policiais militares, de folga, percorreram bairros de Nova Iguaçu e Queimados, abrindo fogo contra qualquer um que cruzasse seus caminhos. Conforme apurado, os acusados eram integrantes de um grupo de extermínio e agiram assim com a finalidade de manifestar sua insatisfação com a troca do comando do 15º Batalhão da Polícia Militar (Duque de Caxias), que passava a ter uma atuação rigorosa diante dos desvios de conduta de policiais (O GLOBO, 10/09/2012). A chamada “Chacina da Baixada”, assassinou, em uma noite, 29 pessoas e passou a ser considerada a maior chacina da história do Estado do Rio de Janeiro.

A atuação de policiais como grupo de extermínio, executando inocentes, remeteu ao passado sombrio dos chamados “matadores”, que naquele momento parecia ter ficado distante. Isso levou a uma mobilização da população local em busca de justiça e conscientização para o descaso das autoridades em relação à Baixada Fluminense. Mesmo com a grande repercussão dessa chacina, outros crimes deste tipo se fizeram presentes na região.

Belford Roxo, quando ainda era distrito de Nova Iguaçu, já estampava as páginas de jornais com notícias sobre a violência praticada por grupos de extermínio. Com a emancipação do município, os moradores tinham esperança de dias melhores, mas a marca da violência insistiu em permanecer na história da cidade. O primeiro prefeito da cidade, Jorge Júlio da Costa dos Santos, o “Joca”, era acusado de integrar grupo de extermínio. Esta articulação com o poder local era uma estratégica que se reproduzia em outros municípios da

região, a fim de garantir a permanência das práticas criminosas. Como relata novamente José Cláudio de Souza Alves na já mencionada entrevista:

Os membros de grupos de extermínio também perceberam as facilidades. Se o matador se elege, está limpo. Aí começa a fazer algumas obras no bairro. Instala um posto de saúde, faz asfalto. O tráfico de drogas apoia o matador/prefeito, deixa ele entrar, protege, é cabo eleitoral dele, não deixa outros candidatos fazerem campanha.

Desse modo, essa estrutura criminosa se alimenta da estrutura estatal, não sendo correto dizer se tratar, como habitualmente se fazia em relação ao tráfico de drogas nas favelas, de “poder paralelo”. Tampouco se trata de “ausência do Estado” nessas áreas, mas de uma presença problemática, visto que, tal como no narcotráfico, muitos agentes públicos encarregados do uso legítimo da força transformavam essa violência em mercadoria política (MISSE, 1997).

O bairro Lote XV é um bom *locus* para compreender de que maneira esta complexa estrutura se repercute no cotidiano dos moradores e como constroem suas estratégias de sobrevivência e enfrentamento a este contexto de violência. Lote XV é a principal subprefeitura de Belford Roxo, que também dá nome ao bairro, onde está sediada a Paróquia São Simão, que também atua por várias comunidades espalhadas por bairros vizinhos.

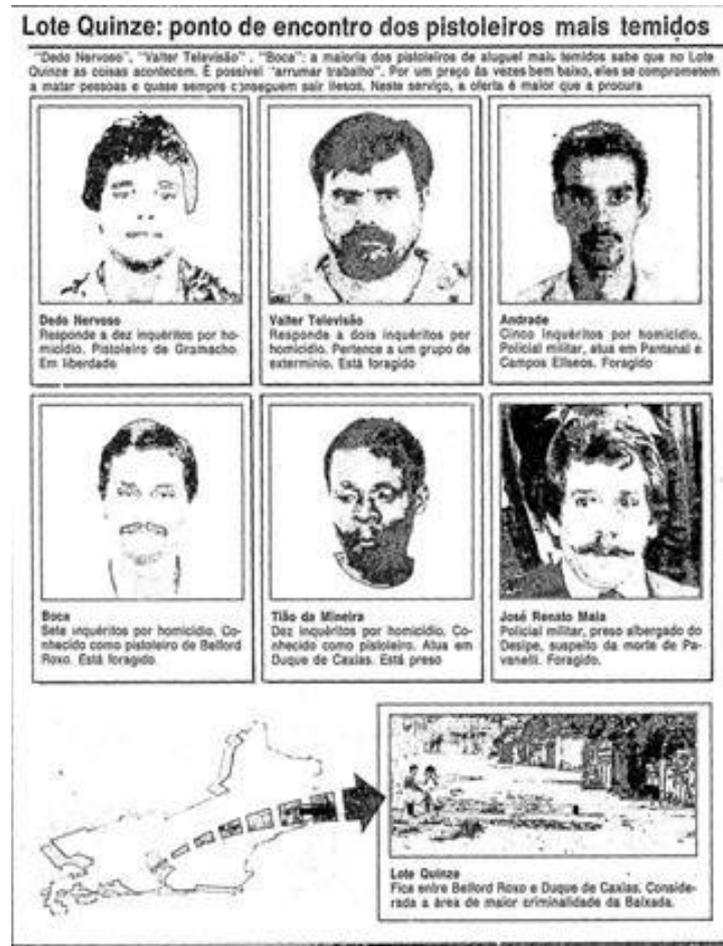
Lote XV localiza-se no limite com o município de Duque de Caxias e às margens do Rio Iguaçu. Pela distância que tem do centro da cidade de Belford Roxo, os moradores se identificam mais com a cidade de Duque de Caxias, pela maior proximidade, do que com Belford Roxo. Munícipes de bairros da cidade de Duque de Caxias, que fazem limite Belford Roxo também se identificam com o bairro Lote XV. É como se o bairro fizesse parte dos dois municípios, evocando um pertencimento social que não o reduz ao estigma da violência.

Quem chega vindo do centro de Duque de Caxias observa um traço marcante do bairro, o parque de diversões do Lote XV, construído nos anos 1970. Esse local privado destina-se ao lazer da maioria das crianças da região. Diante do fechamento dos grandes parques deste tipo existentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como o Tivoli Park e o Terra Encantada (ambos

na capital), o Barilândia é o único que continua funcionando, sendo motivo de orgulho e alegria entre os habitantes de Belford Roxo.

Entretanto, durante as décadas de 1980 e 1990, o bairro Lote XV era mais conhecido por uma característica menos feliz, sendo citado nos jornais sobretudo pela forte presença dos grupos de extermínios. De modo corriqueiro estes grupos agiam matando traficantes e usuários de drogas, além de atuarem como matadores de aluguel. Os assassinatos ocorriam abertamente e os casos não eram investigados. Era comum, como dissemos, a participação de policiais militares em chacinas, que estampavam as capas dos jornais da época, fazendo manchetes icônicas e sensacionalistas com as imagens dos cadáveres.

De acordo com a gíria policial na década de 1990, o Lote XV fazia parte da chamada “Zona Morta”, que abrangia 10 bairros dos municípios Duque de Caxias, São João de Meriti e Belford Roxo e era loteada por sete grupos de extermínio. Segundo Tânia Moreira, uma promotora de justiça de Duque de Caxias que ficou conhecida pelo combate aos grupos de extermínio, o grupo mais perigoso era o chefiado pelo ex-PM Ernani Rodrigues Lima. O grupo do “Lima” causava temor, pois obrigava comerciantes a pagar por uma suposta segurança, além de exterminar quem fosse suspeito de cometer qualquer tipo de crime. Os criminosos eram expostos em capas de jornais e o bairro Lote XV era considerado um “ponto de encontro dos pistoleiros mais temidos”, como destaca a matéria abaixo:



Fonte: Jornal O Globo, 02/09/1990.

Nos anos 2000, houve um enfraquecimento dessa estrutura de extermínio, abrindo espaço para o surgimento de quadrilhas de traficantes de drogas e milícias na região, estas últimas também contando com apoio de comerciantes e políticos locais, e, de certa forma, de uma pequena parcela da população.

A presença de traficantes ostentando armas de grosso calibre e atraindo usuários de drogas trouxe, porém, uma nova configuração da violência, levando a alguns moradores olharem o passado dos grupos de extermínio com certo saudosismo. Em uma conversa informal, um morador e comerciante compara a violência atual com a das décadas anteriores: “Naquela época era melhor, os matadores não deixavam os maconheiros se criar. Veja só, hoje tem até assalto

aqui! Coisa que não tinha naquela época. Ah, sinto saudades. Tem que matar eles!”.

A relativa aceitação social dessas ações criminosas pode ser relacionada com a popularização das práticas de “justiçamento de rua” (MARTINS, 2015) e a pouca credibilidade das instituições que compõem o sistema de justiça junto à população brasileira, merecendo ser objeto de uma reflexão mais profunda. Nosso intuito aqui, porém, é apenas apontar que o apoio de uma parcela, mesmo que pequena, da população aos grupos de extermínio - e atualmente às milícias - constitui um lubrificante dessa engrenagem geradora de violência e talvez um dos pontos mais problemáticos de serem desatados. A maioria dos moradores, por sua vez, rejeita tais ações criminosas, mas o medo de se posicionar publicamente sobre o assunto é latente.

A Diocese de Nova Iguaçu e a militância de Dom Adriano

A Igreja Católica esteve historicamente ligada ao poder vigente. Contudo, as condições impostas aos trabalhadores após a Revolução Industrial levaram essa instituição secular a tomar uma posição frente às precárias condições do proletariado. Vários estudos (GUTIERREZ, 1975; FREIRE, GONÇALVES E SIMÕES, 2010; BRUM, 2018) abordam como a preocupação com as questões sociais que afligiam os mais pobres foi se tornando candente na Igreja, motivando, não sem resistências, novas formas de ação nas periferias dos chamados países em desenvolvimento, assim como a emergência, na América Latina, da Teologia da Libertação a partir dos anos 1960 (MONDIM, 1980; VEIGA, 2009).

No Brasil, vários religiosos abraçaram a proposta de uma teologia latino-americana voltada para as questões sociais locais, apesar da resistência de setores conservadores. No Rio de Janeiro, ainda nos anos 1950, representantes das alas mais progressistas da Igreja Católica no país, como Dom Helder Câmara, já exerciam um papel importante na revisão das ações católicas junto à população mais vulnerável, fortalecendo a ideia de que a caridade e a filantropia não eram as únicas ações a favor dos mais pobres, mas que era preciso criar e lutar por justiça social. Foi, porém, com a multiplicação, nas

décadas de 1970 e 1980, das pastorais sociais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)⁵, norteadas pela Teologia da Libertação, que aconteceram várias mudanças e releituras sobre a liturgia, o evangelho e, com isso, a consolidação da “opção pelos pobres” (BRUM, 2018).

Na Baixada Fluminense, região inicialmente ocupada por fazendeiros e posseiros de forte tradição católica, o Bispo Dom Adriano, da Diocese de Nova Iguaçu, e o Padre Luigi Bruno, da Paróquia São Simão, se destacaram por fomentar ali uma nova relação da Igreja com as populações das áreas ditas periféricas.

Em 1966, o sergipano Adriano Hypólito foi nomeado como bispo de Nova Iguaçu, logo despertando a atenção dos órgãos de repressão da ditadura, visto que sua postura não alinhava com o regime. De acordo com Scott Mainwaring (1989), a chegada de Dom Adriano modificou substancialmente a rotina da Diocese de Nova Iguaçu, organizando-a em Comunidades Eclesiais de Base com um núcleo de ação transformador com forte apelo político.

Nesse ambiente tenso, tornou-se rapidamente uma referência na luta pelos direitos humanos e na denúncia da violência contra a população mais pobre da Baixada Fluminense. Em seu estudo sobre a Igreja Católica e a política no Brasil, Mainwaring (1989) destaca o trabalho realizado pela Diocese de Nova Iguaçu. Segundo o autor (*op. cit*, p. 208-209),

O apoio do bispo às atividades progressistas na base foi decisivo, mas são as organizações de base, e não o bispo, que tiveram mais importância no apoio aos movimentos populares. Além disso, foi através da capacidade de fortalecer a sociedade civil (especialmente os movimentos populares) e não de suas negociações com a elite política local, que a Igreja apresentou mais impacto político.

Com a chegada de Dom Adriano, a Diocese de Nova Iguaçu iniciou um processo de mudanças que levou a uma aproximação com os movimentos

⁵ Organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade. (FGV/CPDOC. Disponível em : <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-eclesiais-de-base-cebs>)

reivindicatórios de bairros, em meio a ditadura civil-militar no Brasil. Já na primeira Assembleia Diocesana, sob sua coordenação, foi votado que as CEB's seriam prioridade. Assim, constituíram-se relevantes espaços de conscientização e mobilização por meio de diversos trabalhos pastorais, como Círculos Operários, Clubes de Mães, Grupos de Jovens, entre outros. Outra ação significativa promovida pela Diocese foi o Movimento de Amigos de Bairros (MAB), trabalho iniciado por dois médicos sem vinculação religiosa ou governamental, que atendiam a população de bairros mais afastados e carentes. Aos poucos, os médicos foram percebendo que seu trabalho seria apenas um paliativo diante das graves questões sanitárias que afetavam a saúde daquela população (MAINWARING, 1989).

Continuando o pensamento de Mainwaring, sobressai como uma ação muito importante da Diocese a abertura dos espaços da instituição para atividades de reunião e debate sobre os problemas da região, expressando claramente o apoio de Dom Adriano aos movimentos populares. Ao estimular tantas pessoas a pensar sobre os problemas da região de uma forma mais crítica, as CEB's incentivavam a participação política dos moradores. As CEB's proporcionaram a muitos a experiência de se organizarem e de participarem, além de uma disposição para lutar por melhorias urbanas. As Associações de bairros são geralmente mais fortes nas áreas em que a Igreja encorajou a criação das CEBs. Além de criar uma base que serviu de esteio aos movimentos populares, a diocese impulsionou o desenvolvimento de lideranças populares (MAINWARING, 1989, p.223).

Embora sua atuação gerasse resistências, dentro e fora da Igreja Católica, Dom Adriano era reconhecido como uma liderança na defesa dos direitos humanos até mesmo por agentes policiais, que utilizavam sua influência para ajudar na elucidação de crimes por meio de testemunhos, como noticiou, em 1986, o jornal O Globo, a respeito de um caso de homicídio:

Ana só não quis fazer declarações formais ao policial, temendo represálias. O policial levou-a então ao Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito: Foi uma maratona de mais de um mês, mas eu consegui com que Ana Angélica fosse ouvida pela Comissão de Justiça

e paz da Diocese e Nova Iguaçu, que tomou seu depoimento e ofereceu custódia (O GLOBO 08/08/1986).

Em 22 de setembro de 1976, Dom Adriano foi sequestrado e torturado. O atentado seria uma ação da Aliança Anticomunista Brasileira, mas nunca algum dos envolvidos foi identificado ou punido pelas autoridades. O bispo foi ameaçado de morte e chegou a ser aconselhado por amigos e por seus superiores a deixar a Baixada Fluminense, mas ele resistiu.

Em entrevista ao jornal O Globo, publicada na edição de 13 de novembro de 1994, quase dez anos após a redemocratização do país, dom Adriano Hypólito relata⁶:

Eu não ia dar esse gosto aos meus sequestradores. O sequestro, não tenho dúvidas, foi organizado por militares da linha-dura, mas o inquérito jamais apontou responsáveis. Fui encapuzado, algemado e levado num carro, que passou pelo menos duas vezes pela Vila Militar. Tiraram minha roupa e, depois de me baterem, me pintaram com um spray vermelho, sempre me acusando de ser comunista. Eu estava preparado para morrer, mas, como eles mesmos disseram, foi só uma lição.

Para Dom Adriano, a violência era causada pela situação de miséria que afligia o país e, de maneira mais direta, a Baixada Fluminense. Atuou como bispo da Diocese de Nova Iguaçu de 1966 a 1994, quando completou 75 anos e tornou-se Bispo Emérito. Faleceu dois anos depois, em Nova Iguaçu, deixando um legado fortemente presente na Paróquia São Simão.

A Paróquia São Simão e a militância de Padre Bruno

A capela de São Simão foi construída entre 1957 e 1960 pelo senhor Manoel de Sá, que também doou a imagem do santo, procedente de Portugal, e suas atividades iniciais ficaram a cargo de Padre João, que foi o primeiro a se mudar para o bairro Lote XV. A primeira missa ocorreu ali em 1959 e, pouco depois, foram comprados os terrenos para a construção da atual paróquia e da

⁶ <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-adriano-hypolito-bispo-de-nova-iguacu-sequestrado-torturado-em-76-20160361>

creche para atender as necessidades da classe operária, que trabalhava longe do seu local de domicílio.

Com a chegada à paróquia de Padre Egídio, que já morava em Belford Roxo, foi formado o grupo de missionários que começou a evangelizar nos bairros fora do centro da cidade. Entre 1963 e 1970, criou-se grupo de casais e grupo de jovens, além de se construir a quadra que depois veio a ser denominada Centro Comunitário Dom Hélder Câmara.

A paróquia situa-se na rua Padre Egídio, em uma área predominantemente residencial do bairro Lote XV, ao lado de um colégio estadual e um posto da Polícia Militar. No início dos anos 2000, foi inaugurada uma nova igreja, exclusiva para os cultos, na rua Fernando da Costa, conhecida como “rua da feira”. As reuniões, a casa paroquial, uma quadra coberta para eventos e um pré-vestibular comunitário continuam funcionam, porém, na antiga sede.

Ao longo da década de 1970, a paróquia foi comandada por vários padres e já demonstrava uma preocupação com a justiça social, despertando a atenção dos órgãos de repressão durante a ditadura, chegando a paróquia a ter agentes infiltrados em suas reuniões e atividades. Segundo um antigo participante da igreja entrevistado, ninguém suspeitava deles:

A gente fazia a reunião de grupos de jovens, organizava festas, tudo para a paróquia. Nas reuniões conversávamos sobre a situação política, e, teve uma época que dois rapazes, bem afeiçãoados, apareceram. Não lembro bem o ano, acho que era em 1976, 1977... lembro que foi perto da época do sequestro de Dom Adriano. Então, eles frequentaram uns dois meses. Depois sumiram. Ficamos assustados, com medo de represálias. Depois demos nos conta que eles tinham cabelos bem cortados e barbas feitas, típicas de militares. Ufa, ainda bem que não fizeram nada contra a gente, eu acho. (Entrevista realizada no bairro no dia 20/11/2019).

É nesse contexto de tensões que a chegada do Padre Bruno, um dos que mais tempo permaneceu à frente da paróquia, veio a reforçar essa inclinação social da instituição, encarando corajosamente o problema da violência que já vinha se espalhando na região.

Luigi Costanzo Bruno, mais conhecido como Padre Bruno, nasceu na cidade de Fossano, na região de Piemonte, ordenando-se ainda na Itália. Pouco depois, atendendo a um pedido da Igreja Católica, veio para o Rio de Janeiro, em 1969. Segundo nos relatou o próprio padre em entrevista, a nova proposta evangelizadora da Teologia da Libertação atraía jovens padres europeus a uma missão pragmática do evangelho.

Em sua trajetória pelo Brasil, Padre Bruno primeiro foi para Arquidiocese do Rio de Janeiro e trabalhou no bairro Vila Aliança, na Zona Oeste da capital. Junto com outros padres, elaborou ali uma agenda de luta e defesa de uma população abandonada e esquecida. Posteriormente, foi transferido para a Diocese de Nova Iguaçu, assumindo a Paróquia São Simão em 19 de setembro de 1982.

Assumi a Paróquia São Simão, no bairro do Lote XV, bairro como dissemos, era, como boa parte da Baixada, marcado pela presença de vários grupos extermínio que agiam ou por pistolagem, ou como justiceiros. Diante de tal situação, o religioso transformou a paróquia como espaço de resistência e denúncia contra a violência. Em uma reportagem jornalística, Padre Bruno acusava um grupo de exterminadores que usavam uma farda marrom (igual às dos vigilantes bancários) e revólveres calibre 38 de terem se instalado no Vale do Ipê matando mais de 20 pessoas, acusadas de pertencer a uma quadrilha de traficantes de drogas:

“Diante de quaisquer suspeitas, eles eliminam as pessoas”, disse o pároco. Com esta máscara de legalidade, representada pela farda, carteira e porte de arma, eles tentam aterrorizar os trabalhadores e suas famílias, que acabam se vendo obrigados a pagar o “pedágio” (O GLOBO 10/03/1991).

Em entrevista realizada para nossa pesquisa, em 2018, o padre alega ser a violência urbana uma consequência do período da ditadura militar: “na medida em que a ditadura foi acabando, esses torturadores procuravam ‘bicos’, seja sendo como matadores de aluguel, seguranças, formando grupos de extermínios. Que no fundo, era a continuação da Ditadura”.

A vinda do Padre Bruno e outros religiosos para o Brasil foi fomentada pela nova postura da igreja a partir do Concílio Vaticano II. Quando ainda morava na Itália, o religioso relatou que as consequências da ditadura fascista de Mussolini eram sentidas por boa parte dos italianos, pois os anos do regime fascista trouxeram muitas mortes e pobreza para a Itália. Quando o padre chegou ao Lote XV, também marcado pela violência, ele observou as consequências de uma ditadura vigente.

Na realidade viemos para cá, influenciado pelo Concílio Vaticano II, a gente vivendo na Itália, vimos muito de perto. As ideias eram debatidas e ainda estudávamos. Aquilo muito influenciou nossos pensamentos. Na América Latina, em 1968 em Medellín veio reafirmar o compromisso com os pobres. Além disso, todos nós, que viemos da Itália, tínhamos sofridos as consequências da Ditadura de Mussolini e também de Hitler, isso era muito vivo no nosso sangue toda essa problemática. Por exemplo, tem coisa a nível pessoal...quando eu vejo “Bolsonaro falar”, vejo as mesmas atitudes de Hitler nos filmes que eu via quando era criança: Atitudes, arrogância... cria uma reação, uma repulsa...um medo! Por que Hitler conseguiu unanimidade na Alemanha! (Entrevista realizada em agosto de 2018).

No trecho dessa recente entrevista, é interessante notarmos a maneira como compara o então candidato a presidente (que acabou sendo eleito naquele mesmo ano) Jair Bolsonaro com Adolf Hitler. No atual contexto, em que estas observações são igualmente manifestadas por políticos, pesquisadores e lideranças progressistas no mundo, comparar o perfil do presidente brasileiro com o de um ícone histórico do autoritarismo traz uma perspectiva de alguém que vivenciou em seu cotidiano as consequências de um governo fascista.

Em 1988, cinco anos após sua chegada à Baixada Fluminense, cinco moradores (três irmãs e seus pais) foram brutalmente assassinados no bairro Jardim Amapá, região de abrangência da Paróquia São Simão. A família estava em casa quando os assassinos apareceram. A mãe, Maria das Neves, foi estuprada e morta a tesouradas juntamente com o filho que ainda carregava no ventre. As filhas Eliete, de 9 anos, Elionete, de 7 anos, e Elizete, de 5 anos, foram violentadas e mortas por sufocamento. Após testemunhar tudo, o pai, Sebastião Vidal dos Santos, também foi assassinado, enforcado com uma corda

no pescoço. Nem as plantas e os animais foram poupados. “Não sobrou nenhuma vida”, como foi noticiado à época por um jornal (EXTRA 06/05/2013)⁷.

O crime ocorrido no dia 3 de maio de 1988 foi o mais violento praticado até hoje em Belford Roxo, chocando o padre e toda a população. A notícia se espalhou rápido por toda a diocese, num misto de indignação e revolta. O motivo da chacina teria sido porque o pai, que trabalhava em uma birosca no Gramacho (bairro de Duque de Caxias), resistia à pressão de traficantes que queriam criar ali um ponto de venda de drogas (a chamada “boca-de-fumo”). Alguns dos traficantes eram, inclusive, vizinhos dele. Sebastião resistiu e os bandidos mataram toda a sua família.

Apesar da extrema crueldade, esta era apenas uma das várias chacinas ocorridas na região. O padre Bruno, porém, nunca havia visto nada parecido e isso o levou a organizar um movimento local capaz de denunciar e mostrar a todos que essa violência não poderia ser vista como algo natural. Um mês depois, propôs um movimento ecumênico chamado de “Clamor dos mártires”. Perto da Páscoa, maior festa anual católica, os membros da paróquia, incentivados pelo padre, organizaram um evento para denunciar toda aquela violência que já era praticamente corriqueira. Foi elaborada uma romaria que passaria pelos bairros da paróquia com o objetivo litúrgico de lembrar a morte e ressurreição de Jesus. Entretanto, a Romaria da Fé era muito mais que isso, pois na sua passagem em determinados lugares, entre orações e cânticos, o padre denunciava toda a violência através de um alto-falante, aclamando um movimento de resistência (RIBEIRO SALES, 2019).

Esse posicionamento contra a violência levou o religioso a ser ameaçado de morte pelos matadores locais, mas isso não o intimidou. Com o passar dos anos, a Romaria da Fé tornou-se uma tradição do bairro. Já não tinha somente a participação dos fiéis assíduos, mas também daqueles que, se consideravam católicos e queriam participar daquele ato religioso e político. Durante tantas romarias, o que não faltam são histórias e memórias daqueles que se

⁷ <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/vinte-cinco-anos-apos-chacina-que-matou-familia-inteira-tres-irmas-assassinadas-permanecem-martires-8306688.html>

envolveram de alguma maneira com o movimento fomentado pela Paróquia São Simão.

Todo ano ele e a comunidade realizavam a romaria, e, através dela, fiéis de áreas mais abastadas do município também tinham contato com áreas extremamente pobres e violentas. Nos dias que antecediam a Semana Santa eram realizadas várias “pequenas procissões”, a maioria à noite, com os participantes circulando pelos bairros, aprendendo um pouco mais sobre as condições de vida daquela população. Uma senhora, moradora do bairro Lote XV, ficava assustada com os locais que passou a conhecer nessas ocasiões: “O Bruno nos mostrou um local de desova feito por *mão branca*⁸, era horrível saber que toda semana alguém era morto ou jogado naquele local”, nos relatou em entrevista.

O ápice era a Sexta-feira da Paixão, quando é lembrada a crucificação de Jesus. No primeiro ano, foi construída uma grande cruz, para ser levada em procissão até uma comunidade previamente escolhida. Nesse momento de fé, mas também de denúncia, a romaria era ouvida por muitas pessoas graças ao feriado da sexta-feira. A primeira Romaria ocorreu em 1990, levando a cruz à comunidade de Santa Rita, que fica no alto de um morro, dando assim grande visibilidade ao movimento (RIBEIRO SALES, 2019).

Além da violência física, que oprime e extermina, a romaria reconhecia a existência da violência simbólica, que exclui por meio da linguagem. Tavares dos Santos (2009), numa reflexão a partir das ideias de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, define a violência como uma forma de sociabilidade na qual se dá a afirmação de poderes, legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social. Assim, “a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo” (SANTOS, 2009, p. 107). Mas a violência não seria apenas a sua manifestação institucional, pois a “força, coerção e dano em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas

⁸ Como era chamado qualquer grupo de extermínio na década de 1980. Mão Branca era um mito, uma ficção e que eliminava na sua grande maioria pessoas negras e pobres da Baixada. FONTE: <https://oglobo.globo.com/rio/anos-80-grupos-de-extermínio-chegam-ao-poder-4562736> .

relações de poder” estaria “seja no nível macro, do Estado, seja no nível micro, entre os grupos sociais” (*Ibidem*, p. 46). Sua forma social contemporânea estaria expressa no “excesso de poder que impede o reconhecimento do outro (...) mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea” (ZALUAR & LEAL, 2000, p. 148).

Nesse sentido, a Romaria da Fé não somente denunciava a violência no bairro, como também outros tipos de violências na região, como a falta de saneamento básico, a ausência de escolas públicas de qualidade, o desemprego, a fome e a desnutrição infantil. Por consequência, foram realizadas várias ações que serviram para minimizar esses problemas que seriam de responsabilidade do poder público.

É importante mencionar que ao fazer essa pesquisa, percebemos que o Padre Bruno não se vê como um protagonista, mas como mais um ator nessa engrenagem contra a violência. Ele sempre cita Dom Adriano Hipólito como referência e o “povo da Baixada”. De todo modo, consideramos que a Romaria da Fé se firmou como uma significativa ação de resistência, um momento no qual toda a comunidade se envolvia para, não somente celebrar e rememorar a morte e ressurreição de Jesus, mas também dar visibilidade a uma situação de extrema marginalização, buscando sensibilizá-la para a sua desnaturalização.

Em 2019, a Romaria mais uma vez percorreu os locais mais violentos da Paróquia. Nesse momento, não existem mais os grupos de extermínio, mas outras configurações de criminosos que ainda dominam territórios e levam terror para a população. Na área de abrangência da paróquia, há hoje territórios dominados por milícias e por quadrilhas de traficantes de drogas, frequentemente em disputas. E, mais uma vez, essa violência é promovida com a participação de agentes públicos de segurança, em sua grande maioria, policiais militares⁹.

⁹ Com a participação de policiais e ex-policiais, as milícias controlam o território, obrigando os comerciantes locais a pagarem por essa suposta segurança privada, além de explorarem economicamente vários serviços clandestinos, como tv por assinatura, etc. Já os traficantes de drogas, concentrados nas comunidades do Jardim Ipê, Roseiral, Maringá, Vale das Mangueiras e Parque Esperança, praticam além da venda de entorpecentes, o roubo de cargas. Alguns

À guisa de conclusão

Ao focalizarmos a atuação da Paróquia São Simão, entre as décadas de 1970 e 1990, buscamos sublinhar que algumas de suas ações no bairro Lote XV contribuíram para cultivar um sentimento de comunidade, de indignação e de luta por justiça social entre os fiéis. É a Igreja, naquele bairro, naquela periferia, que criava movimentos em favor dos mais desfavorecidos, e que trazia, para a arena pública, a necessidade de desnaturalizar a violência praticada pelos grupos de extermínio no bairro.

Mesmo em momentos de censura e repressão, iniciativas como a Romaria da Fé, funcionavam não só como forma de os participantes exercitarem a fé e a comunhão, mas também como ações político-pedagógicas, nas quais eles podiam conhecer melhor a realidade da região, refletindo coletivamente sobre seus problemas, suas causas e seu enfrentamento. Como se sabe, a violência não é uma característica inata ao território, mas efeito de um longo processo de uma atuação deficitária e problemática do Estado na região, na medida em que a participação de agentes públicos de segurança nas ações criminosas e a conivência de políticos e empresários apenas contribuíram para alimentar as redes de corrupção e solidificar as engrenagens dessa mesma violência.

Cooptar a população é uma forma de lubrificar ainda mais a máquina da violência. Através da Paróquia São Simão, sobretudo do papel por Padre Bruno, a Igreja Católica criou, porém, um movimento de resistência a esse processo, funcionando como uma trincheira no cotidiano do bairro, que, ao mesmo tempo que acolhia os moradores que não encontravam nos canais institucionais a possibilidade de falarem e serem ouvidos lhes permitia lutar por mudanças. Ao usar os ritos litúrgicos como ferramentas pedagógicas, Padre Bruno buscava não apenas transmitir os preceitos religiosos, mas conscientizar a população acerca dos problemas sociais que a afligiam, da defesa dos direitos humanos e de um mundo mais justo e menos violento. Ainda que os impactos disso pareçam

moradores relataram que o carro blindado da polícia, conhecido como “caveirão”, entra no Roseiral para combater o roubo e carga, mas se apropriam da mercadoria roubada, colocando-as no veículo. Todas essas localidades fazem parte da região da Paróquia.

microscópicos, não deixa de ter sua importância, inclusive no resgate daquilo que pode ser visto por muitos como a base do cristianismo. Afinal, como destacou o samba enredo da Mangueira de 2020, que elegeu como tema a volta de Jesus em um mundo intolerante: “Não tem futuro sem partilha. Nem messias de arma na mão”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, Clio, 2003.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. Opção pelos Pobres: A Pastoral de Favelas e a reorganização do movimento de favelas no Rio de Janeiro na Redemocratização. *Revista Estudos Históricos*, v. 31, n. 65, p. 413-432, 2018.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

DOMINGUES, Álvaro. Subúrbios e (sub) urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos. Lisboa, *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, 10-11, 1994-1995 p. 5, 1994.

FREIRE, Leticia de Luna, GONÇALVES, Rafael Soares, SIMÕES, Soraya Silveira. Uma Cruzada do século XX: iniciativas católicas no campo das políticas habitacionais na França e no Brasil. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 29. p. 201-223, 2010.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *A força histórica dos pobres*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

MAINWARING, Scot. *A Igreja católica e a política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, v. 1, n. 2, 1997, p. 93-116.

MONDIN, Battista. *Os teólogos da libertação*. São Paulo: Editora Paulinas, 1980.

RIBEIRO SALES, Marcelo. *Memórias da violência e resistências silenciadas: as ações político-educativas da paróquia São Simão, em Belford Roxo (RJ)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. FEBF/UERJ. Duque de Caxias, 2019.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SOUZA, Percival de. *A maior violência do mundo: Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Traço, 1980.

VEIGA, Alfredo César da. *Teologia da Libertação: Nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual*. São Paulo, SP, 2009. Tese de Doutorado em História Social USP/ FFLCH. São Paulo, 2009.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. *Red Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 16, 2000, p. 145-64.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência*. Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Sites pesquisados:

<https://acervo.oglobo.globo.com/>

<https://anovademocracia.com.br/no-32/405-o-crime-organizado-pelo-estado>

<https://www.facebook.com/groups/paroquiasaosimao/>

www.repositorio.im.ufrrj.br